



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Ambiental.

A GERAÇÃO DE ENERGIA VIA USINAS HIDRELÉTRICAS COMO EXPRESSÃO DA PRIVATIZAÇÃO DAS ÁGUAS NO BRASIL¹

Francisco Vieira do Nascimento Neto²

Resumo: O artigo propõe-se analisar a geração de energia elétrica enquanto uma das expressões da privatização das águas no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com dados de natureza qualitativa. Utiliza-se o método marxiano para análise dos dados. Constatase que o problema central na questão da energia é o atual modelo energético através da privatização de elementos naturais como a água.

Palavras-chave: “Questão Ambiental”; Privatização das Águas; Usinas Hidrelétricas; Geração de Energia.

Abstract: The article proposes to analyze the electric power generation as one of the expressions of the privatization of the waters in Brazil. It is a bibliographical research with data of qualitative nature. The Marxian method is used for data analysis. The central problem in energy is the current energy model through the privatization of natural elements such as water.

Keywords: "Environmental Issue"; Privatization of Waters; Hydropowerplants; Power generation.

Encontra-se no bojo da lógica da privatização, a transferência para a esfera do mercado de recursos naturais que, no caso da água, passam a ser de interesse premente de empresas nacionais e internacionais. Por enxergar o potencial lucrativo desta fonte natural, sobretudo no contexto da crise, o grande capital vem investindo esforços, junto aos Estados nacionais, no sentido de viabilizar propostas privatistas do uso da água.

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva analisar a geração de energia elétrica enquanto uma das expressões da privatização das águas no Brasil. Para atender ao objetivo proposto, o desenvolvimento deste trabalho se realizou através de uma pesquisa bibliográfica. Os dados levantados são de natureza qualitativa.

¹Este trabalho é embasado em pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito da graduação, qual seja: “A PRIVATIZAÇÃO DAS ÁGUAS NO BRASIL: análise de algumas de suas expressões”, defendido no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Mais especificamente, refere-se ao capítulo 3, que analisa algumas expressões da privatização das águas no Estado brasileiro, dentre elas a geração de energia por meio das hidrelétricas.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <netobernini@gmail.com>.

Tratando-se da coleta de dados, utilizamos referências impressas e eletrônicas de diferentes naturezas, tais como: monografias, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos, dentre outros. Metodologicamente, como fizemos a opção da pesquisa bibliográfica, tivemos que lidar com algumas restrições. Nosso universo de pesquisa era desconhecido e, considerando-se a necessidade de tornar o estudo exequível e o caráter de iniciação científica do TCC, tendo em vista que na graduação ele é uma introdução à pesquisa, optamos por tratar um número reduzidos de textos para extrair dados sobre as expressões delimitadas da privatização das águas. Por outro lado, é importante destacar que eles se repetem um pouco em torno da discussão da problemática e nos pareceu que compunham, portanto, um universo um tanto homogêneo.

Os principais critérios para a seleção da amostra de textos nesse universo foram orientados com base em dois aspectos da categorização priorizados no roteiro de pesquisa, enquanto instrumento de coleta de dados, quais sejam: características; argumentos favoráveis e contrários³. Assim, todos os textos selecionados contemplavam esses aspectos, combinados à presença das categorias centrais do estudo, quais sejam, “privatização das águas”; “questão ambiental”; “hidrelétricas”. Neste sentido, foram selecionados 04 textos referentes a este tipo de privatização das águas – todos provenientes de fontes eletrônicas.

Portanto, a seguir, analisaremos os dados mapeados bibliograficamente em torno desta expressão da privatização das águas no Brasil à luz do método materialista histórico-dialético, desenvolvido em sua completude por Marx, que estabelece uma análise da realidade a partir da categoria totalidade, representado de forma histórico-crítica e considerando o complexo movimento dialético do real.

A geração de energia por usinas hidrelétricas através da privatização das águas e o protagonismo do MAB no seu enfrentamento

³ Pela limitação de espaço na construção deste artigo, optamos por apresentar alguns elementos da discussão em torno destes dois aspectos da categorização. Entretanto, no capítulo do TCC, que fundamenta a presente análise, há ainda outro aspecto analisado, qual seja: desdobramentos e consequências sociais identificadas.

Mapeamos bibliograficamente 4 textos que tratam das usinas hidrelétricas. Iniciaremos por expor a concepção do que seja essa expressão de privatização da água. Em 3 dos 4 textos sobre o assunto, apresentam-se conceitos da geração de energia hidrelétrica associados ao **debate do desenvolvimento** que ela potencializa nas regiões que ainda não estão inseridas neste ciclo, conforme podemos verificar abaixo:

É uma lógica que invade regiões não inseridas plenamente na economia de mercado e que, supostamente, necessitam de incentivos para a sua inserção. **“Os empreendimentos hidrelétricos são voltados para o desenvolvimento de grandes áreas territoriais, ainda não economicamente integradas à economia de mercado”** (Waldman, 1990, p.42). Ainda mais, a mesma lógica somente será concebida quando houver, no espaço invadido, condições para reprodução do capital e exploração do espaço natural como mercadoria [...]. [...] Via de regra, **os programas de desenvolvimento regional pressupõem que a região contenha alguma aptidão para instalação hidrelétrica para que se viabilizem**(BERMANN, 2007, p. 143 – Grifos Nossos).

[...] **entre os elementos-chave a serem destacados, nada é tão proeminente quanto à disputa pela definição de desenvolvimento.** Se em um contexto de crescimento econômico e estabilidade política, como o que se encontra o Brasil nos últimos anos, nada pode soar mais ofensivo no embate público do que a acusação de ser contra o desenvolvimento, a disputa tem se deslocado para qual o *tipo* de desenvolvimento desejável. E, nessa classificação, lugar central no debate cabe a qual relação com a natureza é implicada neste desenvolvimento, bem como a definição de quem são os sujeitos habilitados a intervir nos rumos desses processos (FLEURY; ALMEIDA, 2013, p. 152 – Grifos Nossos).

[...] **é possível compreender que entre os objetivos principais desses projetos está, sobretudo, a sustentação do desenvolvimento econômico.** [...] No caso da América Latina, especialmente em relação ao Brasil, as “estratégias de desenvolvimento” – promovidas pelo fórum de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – visam fomentar projetos de grande escala que têm na energia um de seus pontos fundamentais, concretizando a chamada desterritorialização do poder (VERDUM, 2007 apud ROCHA; PASE, 2015, p. 104 – Grifos Nossos).

Podemos afirmar, a partir das citações destacadas que, associada ao debate da geração de energia pelas hidrelétricas existe uma concepção geral que os autores contestam de forma crítica: a que vincula esse tipo de produção de energia ao desenvolvimento nas regiões onde estão instalados tais empreendimentos.

O aproveitamento da água para a geração de energia elétrica encontrou no território brasileiro um importante campo para o seu desenvolvimento e consolidação, tendo em vista a grande quantidade de recursos hídricos da qual dispõe nosso país. A polarização do debate sobre desenvolvimento encontra-se em torno da questionável associação linear entre crescimento econômico e desenvolvimento. Nesses termos, com a revolução industrial amplia-se a crescente demanda por geração de energia para satisfazer às necessidades em vários setores da produção capitalista, e as hidrelétricas passaram a ter centralidade tanto na ótica dos governos como de empresas para alavancar este tipo de desenvolvimento.

No entanto, sabe-se, numa sociedade de classes, para quem é voltado esse desenvolvimento aliado ao progresso econômico. No caso de sua associação com as hidrelétricas, o mesmo é questionado por diversos segmentos populacionais.

Essa problemática entre hidrelétricas e desenvolvimento está presente nas ideias defendidas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que diverge dessa associação e combate o capitalismo impregnado na noção de desenvolvimento econômico, dizendo que ele transforma a energia em mercadoria de primeira grandeza. Primeiro, porém, “destrói a natureza e, paradoxalmente, chama isso de progresso” (BENINCÁ, 2011, p. 25).

Na lógica do sistema capitalista, os opositores e os prejudicados pelo “progresso” viram “problemas”, que não merecem mais do que soluções baratas, que por vezes ficam aquém das responsabilidades sociais dos empreendedores e do próprio Estado.

Na categorização, observa-se que 2 textos, além de conceituarem as hidrelétricas por meio da crítica da noção de desenvolvimento, chamam atenção para procedimentos necessários à instalação desses empreendimentos:

A hidreletricidade se constitui numa alternativa de obtenção de energia elétrica a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio, normalmente assegurado pela construção de uma barragem e pela consequente formação de um reservatório (BERMANN, 2007, p. 139).

Essas obras implicam em grandes áreas atingidas pela formação dos reservatórios, instalação dos canteiros de obras, estradas para circulação de pessoal, material e linhas de transmissão de energia que, entre as externalidades, têm no “deslocamento compulsório” um ponto

nevrálgico da discussão no sentido socioambiental (ROCHA; PASE, 2015, p. 99).

Nessa direção, Benincá (2011), a despeito da grande quantidade de água que uma usina hidrelétrica retém, faz uma comparação simbólica com o dilúvio bíblico, ao passo que também estabelece uma relação entre as barragens e o capitalismo no que diz respeito aos impactos sociais, ambientais, materiais e simbólicos que se verificam em ambos os casos. O autor ainda salienta que ao mesmo tempo em que se constitui em uma das maiores experiências no sentido de tentar “domar” as forças da natureza, as barragens também evidenciam a disputa do capital pelo território.

Segundo Rocha e Pase (2015, p. 106) as hidrelétricas no Brasil se instalam a partir do século XIX.

Entendendo a hidreletricidade como um processo social que teve início na instalação da primeira hidrelétrica no Brasil, em 1883, podemos dizer que até as décadas de 1970 e 1980 não havia um planejamento prévio para o reassentamento das famílias atingidas por barragens.

Percebe-se um agravamento nesses impactos, principalmente a partir da década de 1990, com o Plano Nacional de Energia Elétrica. Este contempla a construção de grandes hidrelétricas no modelo neoliberal, associado ao processo de privatização do setor elétrico⁴ a partir da qual a energia ficou sob o controle de um pequeno número de empresas transnacionais (BENINCÁ, 2011). Em consequência disso, deriva-se a apropriação privada de vastos territórios, florestas, rios (e de seu potencial hidrelétrico) e a cobrança de altas tarifas pela utilização da luz. Também cresce o desemprego no setor elétrico brasileiro, pois antes da privatização, segundo o MAB, havia mais de 200 mil trabalhadores nas empresas estatais. Com esse processo, mais da metade foi demitida, restando hoje pouco mais de cem mil (BENINCÁ, 2011).

Na última década, muitas indústrias do setor elétrico de capital internacional estão se transferindo para países periféricos que dispõem de grande potencial hidrelétrico – locais geralmente avaliados como detentores de bases naturais mais vantajosas. Para endossar a construção de mais

⁴ O termo setor elétrico refere-se ao que Benincá (2011) engloba os processos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

hidrelétricas, na visão do MAB, o discurso envolve a escassez de energia tendo por objetivo justificar a elevação das tarifas e mostrar a necessidade dos empreendimentos, bem como referendar a privatização dos recursos naturais. Destarte, essa ideia de uma crise energética estaria alimentando o círculo vicioso do capitalismo. Inegavelmente, neste sentido, a lógica da mais-valia, associada ao processo de privatização transforma-se em pesado ônus para a classe trabalhadora.

Portanto, sob a ótica do MAB, quem lucra com as barragens são as empreiteiras nacionais e estrangeiras, junto com os bancos e as indústrias fabricantes de equipamentos, muitas vezes, negando, omitindo ou dissimulando os impactos que provocam. Nesta perspectiva, o movimento caracteriza tais empresas como “inimigas”, por explorarem o povo.

Esse quadro está extremamente conectado ao processo de privatização que transformou a energia – a água – em mercadoria de primeira grandeza, destituindo a soberania energética e popular.

Além das dívidas sociais e ambientais geradas pelas usinas hidrelétricas, Cervinski (apud BENINCÁ, 2011) afirma que, no caso brasileiro, em torno de 75% dos recursos investidos na construção das hidrelétricas são oriundos do BNDES, ou seja, é um dinheiro público. Não obstante temos uma péssima qualidade de energia e seu aumento no período de mais de dez anos de privatização do setor elétrico brasileiro foi da ordem de 400%.

Identifica-se, portanto, que existem os “donos da energia”; estes envolvem os segmentos do capital financeiro internacional, as indústrias - principalmente a energética - e o agronegócio. Tais constatações alijam a maioria da sociedade, especialmente as populações atingidas pelas hidrelétricas, dos seus direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, que são sistematicamente negados. Portanto, fica evidenciado a quem se dirige o “desenvolvimento” gerado pelo setor.

Sobre o conceito “desenvolvimento”, 3 dos textos mapeados mostram como o mesmo é controverso a partir da ótica dos empreendedores e da população atingida. Assim, identificamos **argumentos favoráveis e contrários à construção das usinas hidrelétricas**. Em 2 dos 3 textos trazem elementos a respeito dos argumentos favoráveis:

Há que questionar a legitimidade da expropriação para fins de atividades consideradas privadas, seja na condição de produtor independente seja para fins de consumo exclusivo. A argumentação utilizada para justificar tal providência se refere ao entendimento de que **a implantação de unidades geradoras de energia elétrica, qualquer que seja o regime de exploração, redundará na ampliação da capacidade de atendimento à demanda nacional, atendendo, portanto, ao interesse público envolvido.** No caso específico da autoprodução, as novas unidades geradoras representariam a disponibilização de quantidades de energia que seriam necessariamente destinadas ao atendimento das necessidades desses segmentos industriais interessados. Ainda, **o interesse público seria também observado pelo incremento das receitas públicas, geração de empregos e melhoria das condições de vida da população.** [...] Em realidade, a busca pelo consenso impõe a necessidade de um tempo maior para a decisão, o que torna esse procedimento de difícil aceitação quando as situações (e os interesses) impõem a necessidade de decisões rápidas. Por exemplo, **as decisões referentes à construção de usinas de geração de eletricidade têm sido expostas com frequência às perspectivas de um suposto aumento dos riscos de déficit de energia, alimentadas pela síndrome do blecaute.** Nessas situações, a persistência de populações atingidas no reconhecimento de seus direitos é vista como uma ação contrária à vontade de uma “maioria que quer energia” (BERMANN, 2007, p. 145 e 148 – Grifos Nossos).

Belo Monte é importante pro nosso país, é importante pro desenvolvimento não só da região, mas Belo Monte **é importante pro desenvolvimento do nosso país porque vai evitar o apagão.** Nós que moramos aqui somos a favor porque nós também somos brasileiros. (Prefeita de Altamira, entrevista, Altamira, julho/2011). Essa energia gerada por Belo Monte é **fundamental pra sustentar o desenvolvimento econômico na marcha que o Brasil tá adotando,** então tudo é grandioso em torno de Belo Monte. (Secretaria geral da presidência da república, entrevista, Brasília, agosto/2011). Na defesa da importância da construção de Belo Monte para a região, destaca-se ainda o *FortXingu*, fórum que aglutina 178 entidades, entre igrejas evangélicas, associações de bairro, sindicatos rurais e, sobretudo, empresários locais, declarando ter como objetivo defender os “interesses regionais e as oportunidades de negócios” vinculados à chegada da barragem (FLEURY; ALMEIDA, 2013, p. 148 e 152 – Grifos Nossos).

Em contraponto aos argumentos expostos acima, os 3 textos demonstram divergências sob as perspectivas favoráveis para construção das usinas hidrelétricas, conforme verificamos abaixo:

É com frequência que **empreendimentos hidrelétricos têm se revelado insustentáveis,** no cenário internacional e particularmente no Brasil. Esse caráter insustentável pode ser estabelecido a partir de critérios que identificam os problemas físico-químico-biológicos decorrentes da implantação e da operação de uma usina hidrelétrica, e da sua interação com as características ambientais do seu *locus* de construção (BERMANN, 2007, p. 141 – Grifos Nossos).

[...] os elevados custos desses projetos, socialmente distribuídos, guardam pouca relação quando se trata do aproveitamento de seus benefícios. Assim, muitas vezes **implantados para viabilizar setores eletrointensivos, acarretam, aos países, grande endividamento, com sérias consequências sobre a capacidade nacional de investimentos sociais** (GUERRA; CARVALHO, 1995, p. 85 – Grifos Nossos).

O que tinha que ser feito o governo não faz, que é as políticas públicas, políticas de asfaltar a Transamazônica, isso é o desenvolvimento pra região. [...] O que desenvolve nós é integrar à sociedade e acabar com tudo que nós temos da nossa cultura? Isso é desenvolver? Pra mim não é, pra mim isso é matar. Matar tudo que você tem de sua tradição. **O desenvolvimento assim pra mim é isso, mata a tradição da pessoa. Então acaba com o povo mesmo, não tem como desenvolver se desenvolver é integrar** (Liderança indígena Juruna, entrevista, Altamira, junho/2011). A gente sabe das **outras construções de barragem que não há muita diferença sobre desenvolvimento, sobre ecologia, pro município e região. Porque continua o mesmo, e muitas das vezes, muito mais pior com essas construções de barragens que o governo coloca. [...] O que a gente queria é que venha esse desenvolvimento aqui pra gente de outra forma**, pra gente poder ver o nosso povo em paz, plantando arroz, colhendo milho, colhendo cacau, pois aqui nós temos uma terra maravilhosa pra se plantar. Aqui nós temos bastante feijão. A gente tem que lembrar que além da produção de arroz, da produção de milho, da produção de cacau, nós temos também aqui a produção de açaí e também a produção de cupuaçu, a produção de farinha. (Agricultor familiar da Volta Grande do Xingu, entrevista, Localidade Cobra-Choca, junho/2011) (FLEURY; ALMEIDA, 2013, p. 152 e 153 – Grifos Nossos).

Não há dúvidas de que o debate a partir da perspectiva do desenvolvimento precisa ser compreendido a partir das lutas de classe. Pois, por um lado, temos a defesa da necessária construção dos empreendimentos hidrelétricos para evitar o risco de apagão/blecaute, bem como para o desenvolvimento do país e das condições de vida da sua população; por outro, temos o questionamento do modo como esses empreendimentos estão sendo feitos no Brasil e assim a defesa de outro tipo de desenvolvimento, diferente do que está posto.

São múltiplas e divergentes as compreensões acerca do que seja desenvolvimento. O significado de desenvolvimento para uns, na prática, é identificado e associado à noção de crescimento, modernização, industrialização, isto é, sinônimo de crescimento econômico, sem que isso implique necessariamente a distribuição da riqueza; para outros, tal concepção deve vir acompanhada da equidade, envolvendo diversas questões relacionadas à saúde, trabalho, educação, moradia, segurança, enfim, qualidade de vida.

Sendo elaborados em nome do desenvolvimento econômico e da garantia da segurança energética nacional, como verificado acima nos argumentos favoráveis à construção das usinas hidrelétricas, nesses empreendimentos os argumentos contrários são geralmente identificados como expressões de “atraso”.

Segundo Nascimento (2010), a lógica que permeia a concepção dos projetos hidrelétricos não acompanhou o crescimento das preocupações socioambientais e, por conseguinte, dos questionamentos desses empreendimentos. Para a autora, isso é demonstrado no próprio Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010, que surge “pela pressão das emergências do setor e é seguido pela reestruturação setorial, que interrompe o diálogo que vinha se dando entre o setor elétrico e a nova legislação ambiental brasileira” (NASCIMENTO, 2010, n/p). De acordo com Vainer (2007, p. 121):

Ao privatizar sem critérios empresas de geração e distribuição de energia elétrica, ao favorecer de maneira atabalhoada a concessão de direitos de exploração de potenciais hidrelétricos a grupos privados, a reestruturação não apenas rompeu com o processo anterior, como colocou em risco muito do que havia sido conquistado em termos sociais e ambientais.

Neste sentido, o que ocorre é o desmonte do aparelho estatal e a entrega do setor energético às concessionárias privadas que, qualitativamente, não se importam com a “questão ambiental” nem tampouco social. Portanto, Nascimento (2010), ao debater os conflitos do processo de Licenciamento Ambiental de Belo Monte, denuncia que algumas ações político-institucionais são decisivas para que o projeto avance na direção que se encontra até hoje. A autora expõe as diversas irregularidades contidas no licenciamento da hidrelétrica, denunciadas por órgãos como os Ministérios Públicos Federal e Estadual, instituições de pesquisa e movimentos sociais. Ressalta ainda que entre idas e vindas das decisões judiciais sobre a continuidade dos estudos para implementação de Belo Monte o governo federal lança o Programa de aceleração do crescimento (PAC), e destaca que a infraestrutura prevista no programa se resume praticamente a empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista o montante de usinas em implementação e previstas para a Região Norte.

Zhourri e Oliveira (2007) enfocam que no Brasil os efeitos das transformações acarretadas pelo processo de mundialização do capital

manifestam-se por meio da própria “liberação das forças do mercado” e, neste sentido, há uma política de desregulamentação capaz de subtrair quaisquer barreiras aos movimentos dos grandes grupos do capital privado – aqueles no caso das usinas hidrelétricas, identificados como “entraves ao desenvolvimento”. Com efeito, o que se tem é a viabilização de grandes projetos de infraestrutura. Este processo torna-se evidente na política de expansão da geração de energia elétrica no Brasil, estimulada nos últimos anos pelo PAC. Em suas duas edições este se apresenta oficialmente como:

[...] estratégia de desenvolvimento, estruturada em grandes investimentos setoriais que promoveriam não só a expansão do produto interno bruto e da tributação da economia, como também a redução das desigualdades inter-regionais (BORTOLETO, 2001, p. 55).

No entanto, nesses empreendimentos não houve repercussão significativa no desenvolvimento do país ou da região, mas sim impactos consideráveis sobre as populações locais e o meio ambiente.

O que há, segundo Zhouri e Oliveira (2007), é a opção política de desenvolvimento perpetuada pelo Estado brasileiro no curso do processo de mundialização do capital, que enfatiza o setor elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados, a partir de uma ótica de mercado, que entendem o território como propriedade e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária. Portanto, os interesses sociais e coletivos são subordinados aos interesses econômicos.

Neste cenário, a questão que se levanta é a respeito dos efeitos desses empreendimentos nas regiões, pois sabe-se, em relação às sociedades atingidas, eles não foram suficientes para o desenvolvimento regional na ótica do progresso e crescimento econômico. É diante de tais constatações que a população atingida em geral se opõe à construção das usinas hidrelétricas. Assim, multiplicam-se casos de violência a partir da geração de conflitos entre distintos interesses econômicos, situação que, conforme Zhouri e Oliveira (2007, p. 120) “denuncia as falácias da noção hoje dominante de desenvolvimento [...]”.

O capitalismo se reproduz à custa da depredação do meio-ambiente, da concentração da riqueza e da exploração do trabalho. A ideia de desenvolvimento socioeconômico é sempre conflitiva porque envolve interesses

de classe, de dimensões que permeiam a vida humana, como a cultura, a natureza, o modo de viver e de se reproduzir.

Os representantes do MAB sustentam uma posição crítica em relação às grandes hidrelétricas, classificando-as como projetos insustentáveis, pois elas geram dramas sociais e agredem de forma terrível a fauna e a flora. Nesse sentido, os impactos ambientais do atual modelo de desenvolvimento econômico atingem toda a sociedade e o seu modo de vida. Contudo, evidentemente, os segmentos menos favorecidos economicamente sofrem as consequências de modo mais acentuado. Entre estes estão os ribeirinhos, pescadores, seringueiros, moradores próximos aos empreendimentos, comunidades indígenas, quilombolas e outras que vivem da existência equilibrada do meio ambiente.

O que se observa na construção das usinas hidrelétricas é que, ao invés da redução das desigualdades regionais, com a desconcentração industrial e a abertura de mais empregos, o que tem restado às regiões que recebem esses megaempreendimentos são os grandes efeitos desses projetos, com a desestruturação das atividades preexistentes, o crescimento populacional desordenado e a degradação ambiental, o que destroça a relação das populações com a natureza e a sociabilidade local. São emblemáticas, por exemplo, as transformações no espaço regional: intensifica-se o fluxo de capital que interfere na atividade econômica local, demandando uma ampliação da estrutura urbana com formação de grandes contingentes populacionais que se dirigem às regiões próximas das obras. Portanto, as expectativas de desenvolvimento regional pela implantação dos empreendimentos hidrelétricos “caem por terra”.

O sistema financeiro está em crise e sabemos que suas consequências recaem sobre os países e regiões mais pobres, em particular a América Latina. Nesse contexto, está em curso uma ofensiva das grandes empresas multinacionais e dos grandes bancos mundiais, especialmente para dominar os recursos naturais estratégicos: a energia, a terra, a água, a biodiversidade.

A necessidade das multinacionais para construir e dominar as hidrelétricas se deve ao fato de que a energia hídrica permite as maiores taxas de lucro. E segundo Benincá (2011), no contexto da modernização tecnológica, a energia é um dos principais aliados para acumulação capitalista. O MAB, ao

discutir sobre os bens naturais estratégicos ao capital no documento intitulado “*Água, minérios e modelo energético: para que? E para quem?*”, demonstra os benefícios oriundos das usinas hidrelétricas para as empresas do setor elétrico.

No caso brasileiro, 2007 foi o ano que este setor conseguiu os seus maiores lucros da história do setor elétrico, perdendo apenas para os bancos. **As 17 maiores companhias de energia elétrica tiveram uma receita líquida de R\$ 64 bilhões, sendo que R\$ 12 bilhões foi de lucro limpo.** A energia proveniente de hidrelétricas (da forma como tem sido a construção de represas), é considerada uma das fontes mais baratas. **A energia hídrica apresenta uma “base natural vantajosa” em relação às demais fontes, motivo da brutal corrida das multinacionais para dominar este setor tanto na geração como na distribuição.** [...] Com as privatizações, a energia elétrica passou a ser controlada e colocada a serviço das grandes empresas transnacionais. A geração elétrica de nossos países tem como destino abastecer os grandes consumidores de energia elétrica, principalmente a chamada indústria eletrointensiva (celulose, alumínio, ferro, aço, entre outras) e os grandes supermercados (shoppings), oferecendo a estes energia subsidiada. No Brasil, atualmente, existem 665 grandes consumidores de energia e sozinhos consomem aproximadamente 30% de toda energia elétrica brasileira, além disso, recebem energia ao preço de custo real. [...] Atualmente a distribuição de energia elétrica está organizada de uma forma que permite a máxima exploração dos mais pobres e, ao mesmo tempo, privilegia os mais ricos (os grandes consumidores). **No Brasil e em grande parte dos países latinos, o modelo energético permite ao capital internacional obter lucros extraordinários, para serem remetidos às suas matrizes nos países centrais. A SUEZ-Tractebel, multinacional francesa, em 2007 faturou no Brasil 3 bilhões de reais com a venda de energia, sendo R\$ 1 bilhão de lucro** (MAB, 2008, n/p – Grifos Nossos).

Portanto, podemos verificar que o modelo energético está organizado na lógica de funcionamento e das necessidades do capital financeiro, sob forma de um grande monopólio privado do capital internacional para permitir a especulação e as maiores taxas de lucro. Assim, o sistema reproduz uma forma de crescimento econômico injusto. Embora a energia seja essencial para a sociedade como um todo, o que o MAB pretende demonstrar, de acordo com Benincá (2011, p. 191), “é que o modelo energético vigente, com seus múltiplos e profundos impactos, se revela insustentável do ponto de vista dos direitos e da dignidade dos atingidos pelas barragens”. Para o autor, é nisto que consiste a encruzilhada do desenvolvimento atual.

Vale enfatizar que, desde sua origem, os movimentos regionais dos atingidos por barragens se posicionam contrários ao tipo de modelo adotado no

país, conforme razões já descritas. Enquanto ator social na questão das hidrelétricas, o MAB tem peso.

O MAB argumenta que o problema energético brasileiro não está no tipo de tecnologia utilizada ou nas fontes exploradas, mas na finalidade para a qual a energia se destina. Por isso, nos últimos anos, o questionamento que norteia os debates do MAB é: energia para quem e para quê?

Importa destacar que, para o MAB, um novo modelo energético somente é possível dentro de uma nova concepção de desenvolvimento, o que só se viabiliza em outra sociabilidade: a socialista. Neste sentido, para eles, a água e a energia são bens fundamentais e estratégicos para a sociedade e devem ser retomados enquanto tal, visto que sob o capitalismo se tornaram mercadorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir e analisar os impactos de uma hidrelétrica, é possível reconhecer a importância histórica dessas obras num determinado momento em que não se tinha tecnologia, nem outros meios de gerar energia. No entanto, hoje já existem outros modelos energéticos sendo discutidos e, nesse caso, o peso que têm as hidrelétricas é muito mais negativo que positivo, por causa do volume dos impactos que elas geram em comparação com outras formas de gerar energia, bem menos impactantes. Deste modo, não é só através das hidrelétricas que se pode gerar a energia. O próprio MAB defende outro modelo energético com formas de captação de geração de energia muito menos impactante do que são os represamentos da água. Por isso, existe a necessidade de entender criticamente os impactos dos megaprojetos hidrelétricos, do ponto de vista da área receptora, independente se direta ou indiretamente atingida, consubstanciado no debate de classe que permeia essa discussão.

Essas obras multiplicadas pelo país como pressuposto de desenvolvimento regional não desenvolveram a região de fato. O desenvolvimento permaneceu apenas no discurso e propagandas da sua implementação. Neste cenário, as forças do mercado manifestas no discurso hegemônico das empresas e de alguns setores do Estado insistem em transformar o espaço e seus recursos em plena mercadoria, passível de

apropriação privada para geração de riqueza (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). Por outro lado, ações de resistência e adensamento no debate do que seja riqueza e desenvolvimento são expressas pela população atingida.

Representantes do MAB entendem que o país já possui energia suficiente para manter as demandas de um nível de produção e de consumo equilibrado. Entretanto, se torna escassa pelo alto estímulo à indústria eletrointensiva e ao consumo exacerbado. O movimento propõe a utilização de fontes alternativas de energia, menos agressivas ao meio ambiente – como a eólica, solar, marítima, etc. – bem como incentiva a incorporação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), para um consumo racional de energia. Assim, se economizarmos energia, podemos evitar a construção de algumas barragens.

Verificamos, portanto, dois problemas: não se desenvolve outro modelo energético e, ao mesmo tempo, a energia nunca é suficiente, porque a produção sempre aumenta. Nesse sentido, indaga-se: para quem é que se está gerando energia? Como podemos constatar, não é para a população. Esse modelo de geração de energia serve para o setor produtivo, pois, para a população, o quantitativo de hidrelétricas existentes já é suficiente, conforme abordamos aqui. Logo, é aí que se encontra o problema, o apagão/blecaute não é um risco para a população; é sim um risco para o setor produtivo por sua dependência da energia gerada pelas usinas hidrelétricas.

Enquanto a água e a energia estiverem submetidas à visão mercadológica em detrimento dos seus usos para o benefício da população, principalmente dos vulneráveis socioeconomicamente, haverá violação dos direitos humanos fundamentais e inerentes à manutenção e reprodução da vida. Assim, pela violação dos direitos a partir da construção das barragens, constata-se paradoxos sociais e ambientais perversos, pois a cada obra mais gente empobrece, fica sem alternativas de vida perante as calamidades trazidas pelas mesmas. Dessa forma, corroboramos e endossamos a luta do MAB ao entender que o problema central na questão da energia é o atual modelo energético, que busca garantir as mais altas taxas de lucro em todas as áreas que compreendem o setor elétrico.

REFERÊNCIAS

BENINCÁ, Dirceu. Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. In: Estudos Avançados 21 (59). P. 139-153, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a10v2159.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. In: Geografares. Vitória, n^o 2, p. 53-62, jun, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1140>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. A Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. In: Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. XVI, n. 4, p. 141-158. Out.-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v16n4/09.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GUERRA, Sinclair Mallet-Guy; CARVALHO, Antomar Viegas de. Um paralelo entre os impactos das usinas hidrelétricas etermoelétricas. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 4, p. 83-90, Jul./Ago. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n4/a10v35n4.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

MAB. Água, minérios e modelo energético: para que? E para quem?. 2008. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/artigo/gua-min-rios-e-modelo-energ-tico-para-que-e-para-quem>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. Tensões e Conflitos no Processo de Licenciamento Ambiental do Projeto Hidrelétrico de Belo Monte. In: V Encontro Nacional da ANPPAS. Florianópolis – SC – Brasil, n/p, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT1745956620100908203818.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

ROCHA, Humberto José da; PASE, Hemerson Luiz. O Conflito Social e Político nas Hidrelétricas da Bacia do Uruguai. In: RBCS. Vol. 30. N^o 88, junho/2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v30n88/0102-6909-rbcso-30-88-0099.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

VAINER, Carlos B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. In: Estudos Avançados 21 (59). P. 119-137, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a09v2159.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. In: Ambiente &

Sociedade. Campinas, v. X, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.